2. Segundo fundamento: violação do artigo 4.º, n.º 3, do Regulamento n.º 1049/2001. As recorrentes alegam que a Comissão apresentou elementos que não são suficientes para demonstrar que o processo decisório será seriamente prejudicado, e que a Comissão simplesmente ignorou a ponderação do superior interesse público na divulgação de determinados documentos.
3. Terceiro fundamento: violação do artigo 4.º, n.º 1, alínea b), do Regulamento n.º 1049/2001, no tocante à anonimização de trabalhadores não séniores. As recorrentes alegam que isso as impossibilita de apurar qual o nível da correspondência trocada e se estão efetivamente em causa trabalhadores não séniores.
4. Quarto fundamento: violação do artigo 4.º, n.º 5, do Regulamento n.º 1049/2001. As recorrentes entendem que a Comissão não tinha razão quando deferiu o requerimento dos Países Baixos de não divulgar determinados documentos provenientes dos Países Baixos, com fundamento no artigo 4.º, n.ºs 1 e 3, do Regulamento n.º 1049/2001. A este respeito, remetem para os argumentos que aduziram no âmbito do segundo e terceiro fundamentos.

(¹) Regulamento (CE) n.º 1049/2001 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2001, relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão (JO L 145, p. 43).

Despacho do Tribunal Geral de 14 de abril de 2014 — Sabic Plyolefine/Comissão

(Processo T-279/14) (¹)

(2015/C 190/35)

Língua do processo: alemão

O presidente da Terceira Secção ordenou o cancelamento do processo no registo.

(¹) JO C 223, de 14.7.2014.